

Impasse com empresa deixa máquina parada

Patrola da Prefeitura foi encaminhada para manutenção, mas, por causa do orçamento, acabou voltando em pedaços

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Embora a zona rural tenha encolhido muito a partir dos anos 80, graças às emancipações, a Prefeitura ainda tem cerca de 500 quilômetros de estradas para manter e apenas cinco patrulas para dar conta do serviço. Porém, uma delas está fora de combate há meses, por causa de um impasse envolvendo o Município e uma empresa especializada em manutenção. O imbróglio começou no final do ano passado e, desde então, já passaram várias pessoas pela Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos, mas ninguém solucionou o problema.

A máquina é uma motoniveladora da marca New Holland, modelo RB 140, fabricada em 2005. No patrimônio público, ela foi tombada com o número 155 e, apesar dos dez anos de uso, encontrava-se em bom estado, embora precisasse de reparos. Em 1º de setembro do ano passado, o então secretário de Viação e Serviços Urbanos, José Alfredo Schmitz, abriu um processo interno para compra de peças e contratação de mão de obra. O orçamento inicial era de R\$ 34.797,00.

Na licitação, a vencedora foi a empresa Casa das Retros, de Porto Alegre, que se dispôs a fazer os reparos por R\$ 32 mil. Concluídos os trabalhos, a patrola voltou e, por cerca de um mês, chegou a ser usada nas estradas do interior. Contudo, voltou a apresentar problemas e foi reencaminhada para a Casa das Retros, já que a manutenção ainda estava dentro do prazo de

garantia.

Na sede da empresa, os mecânicos, porém, constataram que havia outros problemas com o equipamento, como vazamentos e desgaste de peças. O conserto custaria mais R\$ 13.216,00. O serviço não foi autorizado pela Prefeitura. Neste período, ocorreu o Impeachment do prefeito Paulo Azeredo e, ao fazer um levantamento dos equipamentos disponíveis, o novo secretário, Carlos Alberto da Silva Junior, deu pela falta da máquina. “Entramos em contato com a empresa e nos disseram que ela estava lá, toda desmontada, pois precisava de reparos também no motor e na transmissão e que o custo agora era de R\$ 78.534,93”, recorda.

Silveira queria que a Casa das Retros remontasse a patrula e a devolvesse à Prefeitura exatamente nas mesmas condições em que a recebeu. “Mas eles se negaram. Decidimos buscá-la e trouxemos de volta, toda desmontada”, explica o ex-secretário. Desde então, ela está na Secretaria, sem uso e fazendo falta na lida.

De acordo com o atual secretário de Viação, Carlos Einar de Mello, a situação é estranha. “Se a máquina estava na garantia e a empresa apresentou um orçamento que não foi aceito, como, ainda assim, desmontaram o motor?”, questiona. Segundo “Naná”, não existe qualquer documento na Prefeitura autorizando a abertura do motor. “Eles abriram a máquina por conta e risco deles e ela saiu daqui rodando. Tinham que ter devolvido ela nas mesmas condições”, reforça Carlos Einar.

Vai acabar na Justiça

A tendência é que a situação se arraste. O prefeito Luiz Américo Aldana determinou a abertura de sindicância e um relatório da situação foi encaminhado ao Ministério Público. Já o procurador geral do Município, Marcelo Rodrigues, não descarta a possibilidade de acionar o Judiciário.

Segundo Rodrigues, a Secretaria de Viação foi orientada a produzir um do-

cumento descrevendo, em detalhes, a situação em que o equipamento retornou. “Depois, vamos exigir que a empresa o recupere e, caso se negue, buscaremos a sua responsabilização”, avisa.

O advogado parte de um princípio básico. “Se a máquina saiu daqui rodando e não há autorização expressa para abertura do motor, deveria ter voltado nas mesmas condições.”



MÁQUINA voltou para a Secretaria de Viação e Serviços Urbanos totalmente desmontada, o que impede seu aproveitamento na manutenção das estradas.



PROCURADOR Marcelo Rodrigues



EX-SECRETÁRIO José A. Schmitz



EX-SECRETÁRIO Carlos Alberto e o atual, Carlos Einar, buscam solução

Ex-secretário e dono da empresa têm versões diferentes

A apuração das responsabilidades sobre a culpa pela situação em que a máquina se encontra se transformou num jogo de empurra-empurra. O proprietário da Casa das Retros, Paulo Flores, admite que não possui documento autorizando a desmontagem da patrula, mas assegura que teve o aval do então secretário de Viação e Serviços Urbanos, José Alfredo Schmitz, que nega. “Meu erro foi não pedir por escrito, mas não teria desmontado o motor sem a ordem de alguém”, garante o empresário.

Paulo também faz esclarecimentos sobre a garantia dos serviços contratados no final do ano passado. “Quando a máquina voltou para nós, fizemos os

reparos e orçamos outras melhorias que os operadores pediram. Mandamos o valor, mas explicamos que, pela forma como a máquina se encontrava, era provável que o motor estivesse comprometido. Foi aí que o secretário mandou abrir para ver o que era”, revela.

Flores acredita que fez um “favor” à Prefeitura. “Abrimos o motor e a transmissão sem custo e ainda apresentamos o orçamento sem a certeza de que faríamos o serviço depois, já que isso seria definido após nova licitação”, acrescenta.

O empresário diz que a desmontagem custou em torno R\$ 4 mil em mão de obra, mas sabe que não poderá cobrar pelo serviço. “Agora, remontar, além de mais

um custo, seria totalmente inútil, porque a máquina realmente apresentou problemas de motor e transmissão”, conclui.

Já o ex-secretário José Alfredo Schmitz desmente que tenha autorizado a “abertura” da máquina. Garante que todo o processo foi acompanhado pelos operadores da motoniveladora e pelos responsáveis pela oficina. Ele acredita que a empresa tenha ido além de suas atribuições porque realmente queria saber que problema a patrula apresentava, uma vez que não funcionava direito. “Se eu tivesse ficado na Secretaria, teríamos avaliado esse orçamento deles e, se estivesse dentro dos parâmetros corretos, usado os

valores como referência para o conserto do motor e da distribuição. Claro que a Casa das Retros teria que participar de uma nova licitação e, somente se venesse, faria esse serviço”, explica.

Schmitz acredita que problemas desse tipo poderiam ser evitados se a Secretaria de Viação tivesse, em seu quadro, um engenheiro mecânico. Aí o próprio município poderia elaborar os laudos de diagnóstico dos problemas das máquinas. “Hoje, quando estraga, precisa contratar alguém de fora, o que torna a coisa mais lenta”, constata, reforçando que jamais daria uma autorização verbal para um serviço em qualquer equipamento público.